

Educação, trabalho e envelhecimento: histórias de vida, aposentadoria e depressão

Tese de doutorado defendida
na Faculdade de Educação da Unicamp
Orientadora: Profa. Dra. Olga R.M. Von Simson

JAIME
LISANDRO
PACHECO

O trabalho “Educação, trabalho e envelhecimento: estudo das histórias de vida de trabalhadores assalariados e suas relações com a escola, com o trabalho e com os possíveis sintomas depressivos, após aposentadoria” buscou estudar, a partir das histórias de vida de trabalhadores aposentados, a possível relação entre a educação formal que tiveram quando crianças e adolescentes, o trabalho assalariado que exerceram quando adultos e os sintomas depressivos que vivenciam ou vivenciaram quando aposentados.

A escola tem sido discutida como o *locus* de preparação do indivíduo para reproduzir os valores da sociedade e de formação para o trabalho assalariado, a fim de atender às necessidades do modelo fabril de produção que se intensificou a partir do início do século XX, formando um grande contingente de trabalhadores obedientes, pontuais, repetitivos e pouco criativos.

Após 35 anos de atividade, os trabalhadores assalariados aposentados, sem o trabalho para o qual foram educados, passam a debitar a si mesmos a responsabilidade por esta nova etapa de suas vidas na qual os papéis de menor

status e de menos valia lhes são reservados.

A auto-estima diminuída, a auto-imagem partida, o local de provedor questionado e a criatividade empobrecida parecem lhes indicar não haver mais tempo e possibilidades para refazerem seus projetos de vida. E quando não conseguem refazê-los “adoecem” e o diagnóstico clínico vem, quase sempre, como depressão.

Teria a formação escolar que receberam influenciado a percepção de que o trabalho assalariado seria a única forma de sua realização como sujeitos?

Teria a ausência do trabalho assalariado, que os referenciou durante longos anos de suas vidas, os levado a desenvolver sintomas depressivos por se sentirem menos valorizados e não mais produtivos?

Seriam os sintomas depressivos uma estratégia de economia psíquica, durante a fase de transição entre trabalho assalariado e não-trabalho para possibilitar tempo aos sujeitos no sentido de refazerem seus projetos de vida?

Seria a falta do trabalho assalariado, após a aposentadoria, um fator predisponente ao aparecimento dos sintomas depressivos?

O MÉTODO

A pesquisa foi conduzida pelo modelo do método biográfico utilizando-se dos depoimentos orais de oito trabalhadores assalariados, aposentados, sem distúrbios cognitivos ou síndromes neuropsiquiátricas.

RESULTADOS

Oito sujeitos com idades, gêneros, etnias, escolaridades, classes sociais e profissões diferentes, disponibilizaram, pelas suas histórias de vida, as relações que tiveram com a escola, com o trabalho, com a aposentadoria e as conseqüências delas advindas no seu processo de construção como sujeitos.

Das diferenças e semelhanças entre as histórias surgiu, em comum, o processo de envelhecimento como o “destino” inexorável, desejado e temido, construído na temporalidade do sujeito (BIRMAN, 1995: 29-48), na relação com o outro (MESSY, 1993), na interação com o ambiente.

Na história coletiva da humanidade, na qual se inserem as histórias destes oito sujeitos, o que os igualou foi o trabalho, como marca comum e importante categoria na análise do processo de construção da vida em sociedade e por conseqüências de suas próprias vidas.

O trabalho foi categoria comum a todos os sujeitos participantes da pesquisa. Ele, apresentado na concepção da divisão social ou na sua forma taylorista, foi visto como uma ação contínua através da qual cada um pôde expressar sua capacidade humana de prover e prover-se.

No longo período de preparação das crianças para serem provedores, a aprendizagem

para o trabalho foi sempre incentivada de forma sistemática, pela família e pela escola. Assim, ao longo da infância e da adolescência, cada um dos sujeitos formou hábitos voltados ao trabalho e introjetou os valores da sociedade capitalista que, dividida em classes, estabelece uma hierarquização no desenvolvimento das ações humanas, como necessárias à manutenção do sistema social no qual foram educados. (DURKHEIM, 1978)

As promessas das instituições sociais presentes na vida dos sujeitos, sintetizadas pelo ideário das famílias burguesas como corolário dos princípios da modernidade, foram trabalhadas na infância e na adolescência, para garantir a reprodução automática e inconsciente dos valores maiores desta sociedade.

A escola para as classes populares, instalada a partir do século XIX, embora tenha possibilitado aos indivíduos ampliar sua visão de mundo a partir do domínio dos conteúdos curriculares, procurou desenvolver hábitos nos educandos que os levassem a ser homens obedientes, dóceis e capazes de suportar a rotina do trabalho em série, repetitivo e fragmentado que, aceleradamente, se instalou no mundo ocidental.

No modelo do novo trabalho industrial e fabril, os postos de trabalho sempre foram destinados aos mais ágeis, fortes e rápidos, características físicas marcantes da juventude e da idade madura jovem. No trabalho intelectual, destinados às classes mais privilegiadas, aos que frequentaram as escolas para as classes burguesas, somava-se à agilidade física, o domínio de conteúdos e a atualização permanente via educação para o trabalho, hoje ampliada e enfocada como educação para a competência. (FERNANDES ENGUITA, 1985, 1989;

CHARLOT, 1986; ROPÉ e TANGUY, 2001; MACHADO, 2002: 92-110)

Com o envelhecimento, o não-trabalho pela aposentadoria levou cada um dos sujeitos a perceber as suas vidas de maneiras diferentes, embora todos estivessem submetidos à mesma ideologia. Seus caminhos desenhados na infância e na adolescência, longo período de introjeção dos hábitos e dos conceitos fundamentais da sociedade em que estavam inseridos, passaram a nortear suas ações durante as etapas seguintes de sua vidas.

Apesar de este trabalho não se propor a examinar as diferenças do sexo masculino e feminino, a própria divisão dos subgrupos para análise apontou que havia algo “natural” e esperado na divisão de trabalho “produtivo” e doméstico.

Sem a intenção de se aprofundar nesta questão, tornam-se necessárias algumas considerações sobre esta relação socialmente construída de destinar aos homens as atividades na esfera produtiva e às mulheres na esfera reprodutiva, segundo KERGOAT. (2002: 34-46)

Desta forma, a divisão social do trabalho por sexo, na modernidade, acabou firmando algumas crenças: a primeira é que há trabalhos de homens e trabalho de mulheres; a segunda, que o trabalho do homem vale mais do que o trabalho das mulheres; a terceira que, mesmo a mulher assumindo também o trabalho produtivo, é “natural” que continue com o trabalho doméstico.

A sociedade legislada por homens, na cultura ocidental, acaba em nome destas crenças explorando o trabalho profissional das mulheres e ainda, na expressão de KERGOAT (2002) extorquindo delas o trabalho extra, sob a forma de trabalho doméstico.

As mulheres, educadas para assumir este papel social “natural”, desenvolvem qualidades da meiguice, da generatividade e da dedicação “por amor” que acabam por conformá-las a situações de submissão, enfrentamento e adaptação, quando necessitam ingressar no trabalho “produtivo” que, por sua vez, não as libera do trabalho doméstico. Muito pelo contrário, impõe-lhes dupla jornada.

Após sua aposentadoria, as mulheres retornam, quase sempre, por inteiro, ao trabalho primeiro que a “natureza” lhes impôs e continuam aptas a desenvolvê-lo, como o socialmente esperado, por toda a vida, dentro de seu espaço doméstico em que nunca se exaurem as possibilidades da atenção permanente destas provedoras. As mulheres desempenham com eficiência seus papéis centrados na atenção, em especial, a aqueles que delas “dependem”, com o sentimento generativo próprio dos estágios superiores do desenvolvimento do ciclo vital, como discutido por ERIKSON. (1976, 1989)

Hoje, os assalariados aposentados marcam seus dias pelas lembranças do tempo em que produziam, eram reconhecidos como trabalhadores produtivos e podiam consumir e se manter independentes. Em suas histórias únicas, mas também comuns aos trabalhadores da modernidade, estão registrados os fatos que os tornaram sujeitos, a preparação para serem provedores, a relação com as famílias, a vida no trabalho, o tempo de aposentado, as formas como perceberam o mundo, as resistências que desenvolveram às tentativas de negação como senhores de sua história, o enfrentamento dos sintomas depressivos e a tomada de consciência como sujeitos excluídos para, ontocriativamente, refazerem seus projetos de vida no

espaço social que lhes restou.

Os dados destes oitos sujeitos registrados em suas memórias, como “testemunhas vivas da história”, na expressão de Ligia PY (1999), expõem suas caminhadas individuais e com elas a da sociedade em que estão inseridos. A história de cada um leva a apreender as relações sociais em que se insere a dinâmica de vida de cada sujeito. (LANG, 1996: 33-47; VON SIMSON, 1996: 83-91)

São pessoas comuns, que viveram ao nosso lado, como nossos pais, nossos amigos, nossos empregados, nós mesmos. São trabalhadores assalariados, analfabetos e escolarizados, homens e mulheres, pobres e de classe média, negros, brancos, pardos e amarelos que compõem conosco a sociedade dos descartáveis (ARRUDA, 1986: 18-20), ou melhor, que tecem conosco a comunidade de destino (BOSI, 1987).

Os depoimentos dos oito sujeitos foram agrupados nas quatro categorias que se busca-

va investigar: educação, trabalho, aposentadoria e depressão. A partir da delas analisou-se a história de cada sujeito e as comparou entre si em dois grupos: mulheres e homens (Tabela 1).

CONCLUSÕES

A comparação das histórias de vida do grupo de mulheres com o grupo de homens, apontou que:

- A escola teve papel fundamental na transmissão de valores da sociedade, referenciados neste estudo, como inerentes ao trabalho assalariado e apresentados a aqueles provedores como a grande possibilidade de realização do ser humano. O fato de as mulheres – Oláia e Augusta – não terem freqüentado a escola, parece ter conservado a espontaneidade para o trabalho e a criatividade para enfrentarem as situações de exploração a que foram submeti-

Tabela 1 - Quadro-síntese dos dados – sujeitos da pesquisa (por sub-grupo)

Sub-grupo	Nome	Idade	Estado civil	Escolaridade	Gênero	Profissão	Etnia	Domicílio	Aposentadoria	Sintoma depressão
1	Oláia	96	Viúva	Analfabeta	F	Doméstica	Negra	LVC	1 SM	Não
	Augusta	84	Viúva	Analfabeta	F	T.Rural Doméstica	Negra	LVC	1 SM	Não
2	Ulta	81	Solteira	Primário	F	T. Rural Doméstica	Branca	LVC	1 SM	Sim
	Esther	74	Viúva	Médio	F	T. Farmácia Secretária	Branca	LVC	4 SM	Sim
	Karen	54	Casada	T. Secretariado	F	T. Secretariado	Branca	C/ família	10 SM	Sim
3	Júlio	82	Divorciado	Superior	M	Economista Vendedor	Branca	LVC	3 SM	Sim
	Carlos	56	Casado	Primário	M	T. Manutenção	Parda	C/ família	7 SM	Sim
	Irineu	55	Casado	Superior	M	Economista	Amarela	C/ família	20 SM	Sim

Legendas: LVC= Lar dos Velinhos de Campinas – SM= Salário Mínimo

das. As outras três mulheres e os três homens, todos escolarizados, em diferentes graus de instrução e em escolas diferenciadas para classes sociais mais privilegiadas, apresentaram depressão ou sintomas de depressão em diferentes graus, direta ou indiretamente ligados à impossibilidade de trabalharem;

- A formação escolar que receberam das escolas diferenciadas que freqüentaram – quatro pessoas em escola para classes populares e duas pessoas em escolas para classes privilegiadas – parece ter influenciado a percepção de todos eles de que o trabalho assalariado era a forma mais eficaz para a sua realização como sujeitos. Para Ulda e Irineu a única forma de desempenhar os papéis que lhes foram impostos. Por outro lado, as duas mulheres mais velhas, Oláia e Augusta, que não freqüentaram escola, sempre viram o trabalho como a forma de apenas sobreviverem;

- As mulheres apresentaram menos sintomas depressivos que os homens quando deixaram de trabalhar. Os homens, na modernidade, tinham a responsabilidade do sustento da casa, via trabalho assalariado e as mulheres da criação dos filhos e do controle das atividades domésticas. Assim, aos homens coube o trabalho de maior valia para o mercado o qual, nas sociedades industrializadas, era exercido fora de casa. Assim, para os homens que se aposentam cessa sua relação com o trabalho nomeado de produtivo, segundo a visão capitalista de trabalho. As mulheres, mesmo se tivessem trabalhado assalariadamente, ao se aposentarem, continuam com a responsabilidade do trabalho doméstico que pode ser executado a qualquer tempo, em qualquer espaço. Assim, as mulheres, mesmo aposentadas, podem, em suas casas, se manterem ativas no desenvolvimento do trabalho domé-

tico. Talvez por isto, das três empregadas domésticas, sujeitos da pesquisa, duas delas – Oláia e Augusta – passaram ilesas pelos sintomas de depressão ou pelo sentimento de menos-valia, pelo fim de seu trabalho assalariado. Tal fato só não aconteceu com Ulda, provavelmente pela forma rígida como foi educada pela família, pela escola e pela impossibilidade de ter construído seu próprio espaço doméstico. As outras duas mulheres – Esther e Karen – voltaram-se, após a aposentadoria, inteiramente ao trabalho doméstico e ao cuidado de seus maridos e de seus filhos;

- A ausência do trabalho assalariado que referenciou estes sujeitos, durante longos anos de suas vidas, em menor ou maior grau, segundo a história de cada um, parece ter levado a maioria deles – cinco dos oito Ulda, Karen, Julio, Irineu, Carlos – a desenvolver sintomas depressivos por se sentirem menos valorizados e não mais produtivos, nos molde capitalista de produção;

- Os sintomas depressivos na vida dos sujeitos pesquisados – seis num grupo de oito – podem ser interpretados como uma economia psíquica, um tempo de baixo investimento em seu ego, uma permissão de ataques a sua autoestima e o desprezo de hábitos e atitudes que lhes pareciam importantes. Este tempo pode funcionar como uma desconstrução das promessas que as instituições sociais lhes fizeram durante longos anos de suas vidas e agora socialmente lhes são negadas, pelo afastamento do objeto mais valorizado que internalizaram: o trabalho produtivo. Seria uma estratégia de buscarem forças internas para se entenderem como sujeitos descartados e a partir daí reconstruírem, ontocriativamente, novos projetos de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos outros fatos concretos ou simbólicos, que vão além das categorias investigadas, foram colocados durante o tempo de relação entre o pesquisador e os sujeitos, pois o método biográfico proporciona, de forma eficaz, a captação da experiência humana, na sua totalidade, naquilo que se revela como a face interna da experiência em permanente interação com a sociedade.

A história de vida não é só a história do indivíduo, mas também do coletivo, pois “se há uma memória coletiva, é certamente porque a forma de vivência teve também um determinante coletivo.”(LANG, 1996: 45)

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, Silvia Maria de Barros Olynto. “A sociedade dos descartáveis”. In: *Revista Psicologia Ciência e Profissão*. Brasília, v. 6, nº 1, 1986.
- BIRMAN, Joel. “Futuro de todos nós: temporalidade, memória e terceira idade na psicanálise”. In: VERAS, Renato P. (org.). *Terceira Idade: um Envelhecimento Digno para o Cidadão do Futuro*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará:Unati/UERJ, 1995.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 2ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz/Edusp, 1987.
- CHARLOT, Bernard. *A Mistificação Pedagógica*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.
- DURKHEIM, Emile. *Educação e Sociologia*. 11ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- ERIKSON, Erik H. *Infância e Sociedade*. 2ª ed.

Rio de Janeiro: Janeiro/Zahar, 1976.

FERNANDES ENGUITA, Mariano. *A Face Oculta da Escola: Educação e Trabalho no Capitalismo*. Rio de Janeiro: 1989.

_____. *Trabajo, Escuela e Ideologia*. Madrid: Akol, 1985.

KERGOAT, Danièle. “A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão”. In: *Pro-posições*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, v. 13, nº 1(37), jan./abril. 2002.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. “História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta”. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). *(Re)introduzindo História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

MACHADO, Lucília. “A institucionalização da lógica das competências no Brasil”. In: *Pro-posições*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, v.13, nº 1(37), jan./abril. 2002.

MESSY, Jack. *A Pessoa Idosa não Existe: uma Abordagem Psicanalítica da Velhice*. São Paulo: ALEPH, 1993.

PY, Ligia. *Testemunhas Vivas da História*. Rio de Janeiro: NAU, 1999.

ROPÉ, Fraçoise, TANGUY, Lucie. *Saberes e Competência: o Uso de Tais Noções na Escola e na Empresa*. 2ª ed. Campinas: Papyrus, 2001.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. “Reflexões de uma socióloga sobre o uso do método biográfico”. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). *(Re)introduzindo História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.